

## A TÍMIDA PRESENÇA DA MULHER NA POLÍTICA – UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA (PR)

*Eixo Temático 03 – As Novas Tecnologias de Poder no Combate às  
Dissidências: se fere nossa existência, seremos resistência!*

Keila Miranda Tachevski <sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a disputa ao cargo de vereador(a) no município de Guarapuava nas últimas três eleições municipais (2012, 2016 e 2020). Um dos principais aspectos analisados foi a participação feminina nas eleições municipais, a qual observou-se que a participação vem aumentando, tanto no número de candidatas como no número de mulheres eleitas.

**Palavras-chave:** Eleições municipais, Gênero, Política.

### INTRODUÇÃO

Os estudos referentes a gênero vêm se tornando cada vez mais importantes, pela importância do tema como também pelas inúmeras mudanças e a velocidades que elas acontecem. É perceptivo com os estudos dessa temática que gênero são cada vez mais relevantes, principalmente dentro da política, na qual a disparidade é evidente.

Para Blay (2006) gênero é uma relação social que ocorre entre homens e mulheres e é determinada pela cultura, enquanto o preconceito diz a respeito à atitudes que implica em desqualificar uma pessoa, no caso das mulheres, isto é realizado justamente por ela ser mulher. E Auad (2005) fala que gênero não é sinônimo de sexo (feminino ou masculino), mas sim está atribuído as representações que a sociedade constrói para atribuir significados para cada sexo, através do tempo.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO - PR, [keilamirandat@gmail.com](mailto:keilamirandat@gmail.com);

Segundo Scott (1989) a questão de gênero envolve homens e as mulheres, mas preservando as diferenças de cada sexo, e destaca que o poder é de certa forma articulado, que o poder está relacionado com o sexo do indivíduo, tanto na política, no contexto familiar, no trabalho, tendo como base a condição biológica para dividir as tarefas a serem desenvolvidas por cada sexo dentro da sociedade, sendo o homem um indivíduo superior e detentor de maior poder.

Com a urbanização e a modernização, entre os séculos XIX e XX nos países desenvolvidos e, na década de 1960, nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, por exemplo, ampliou-se a entrada de mulheres no mercado de trabalho, e assim foram assumindo novos papéis na sociedade. Estes avanços não foram sem lutas, e possuem distorções já que as mulheres acumulam funções fora e dentro de casa com remuneração proporcionalmente menor que os homens. (BECHER; KLANOVICZ. 2016, p.166-p.168)

Isso acontece por que a sociedade delega funções diferentes para cada sexo, para os homens geralmente é atribuída funções da esfera política /pública, principalmente áreas voltadas para a negociação, enquanto a mulher é atribuída com funções de menor reconhecimento, como as tarefas da esfera doméstica e familiar. Por esse motivo, quando a mulher participa do trabalho remunerado enfrenta desafios, por ser considerada inferior aos homens, as mulheres enfrentam dificuldades em assumir cargos de topo /liderança, e na esfera política isso se torna ainda mais evidente.

Segundo Rossini (1997) “igualdade de gênero é a relação entre os indivíduos em virtude da qual todos eles são portadores dos mesmos direitos fundamentais que provem da humanidade...”, quando falamos sobre igualdade de gênero, nos referimos a igualdade de direitos, de oportunidades, responsabilidades relativas à casa e a família, sendo que em muitas ocasiões tais responsabilidades ficavam somente para a mulher. Enquanto a equidade de gênero, segundo Rossini *et al.* (1997, p.119):

Refere-se à igualdade de oportunidades, ao respeito pelas diferenças existentes entre homens e mulheres e às transformações das relações de poder que se dão na sociedade em nível econômico, social, político e cultural, assim como à mudança das relações de dominação na família, na comunidade e na sociedade em geral.

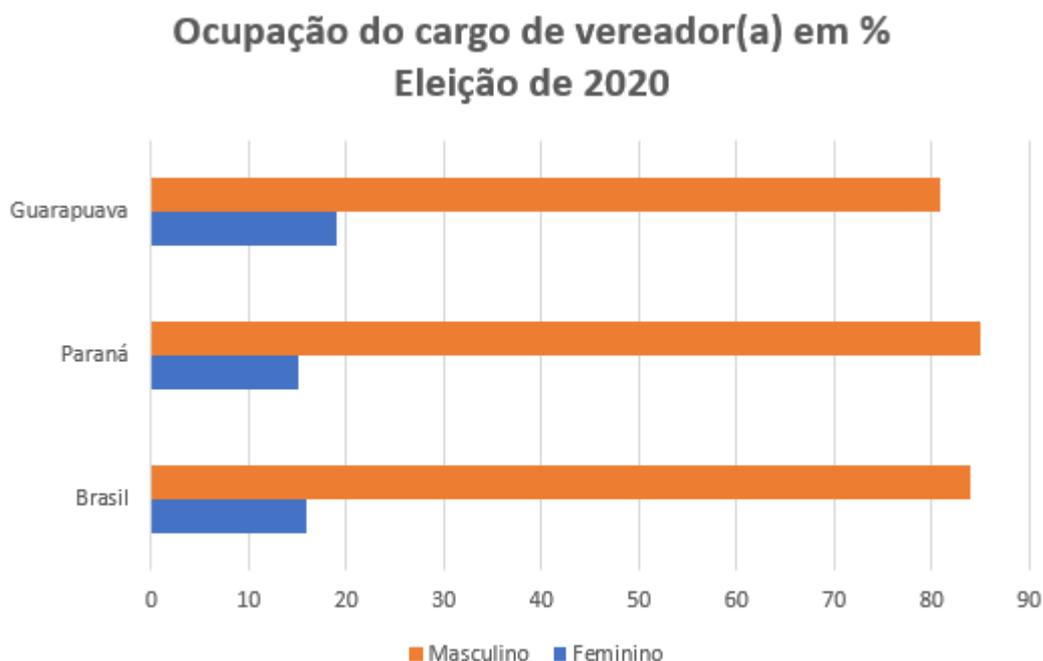
Chimin (2017) afirma que com a Constituição de 1946, o voto se torna obrigatório, sem distinção entre os homens e mulheres, podendo as mulheres tanto votar como serem candidatas, mas somente as mulheres que possuíam um trabalho remunerado eram obrigadas a votar, fato que só alterado com a edição do Código Eleitoral de 1965.

O autor também afirma que somente em 1979 houve a posse de uma mulher em cargo político, Eunice Michiles assume o cargo de senadora com o falecimento de João Bosco de Lima. Mas somente em 1990, duas mulheres são eleitas para ocuparem cargo de senadoras por voto direto.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, segundo a PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua), a população feminina é de 51,8%, e a masculina de 48,2%, e mesmo a maioria da sua população feminina, a maioria das cadeiras para o cargo de vereador(a) são ocupados por homens. Do total de 56.896 de cadeiras, 9.106 são ocupadas por mulheres, sendo isso 16% das cadeiras ocupadas por mulheres.

No Paraná, do total de 3.822 das cadeiras, 572 são ocupadas por mulheres, sendo 15% das cadeiras ocupadas por mulheres no Paraná. E em Guarapuava das 21 cadeiras, 4 são ocupadas por mulheres, sendo 19,04% das cadeiras ocupadas por mulheres. (TSE – Tribunal Superior Eleitoral).



Fonte: TSE – Tribunal Superior Eleitoral

Falando mais diretamente das candidatas a vereadoras em Guarapuava - PR, já na década de 1950 tínhamos mulheres concorrendo a este cargo, mas somente em 1976 que



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade  
IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

Guarapuava teve a primeira mulher eleita como vereadora, Carmem Silveira Izidoro se elegeu com 1348 votos pelo MDB.

Nas tabelas a seguir, referente às eleições de 2012, 2016 e 2020, é possível observar mais nitidamente essa disparidade entre o sucesso eleitoral em relação ao sexo do candidato e o sucesso eleitoral, onde o sexo masculino esteve em vantagem em todas as eleições citadas, sendo nos anos de 2012 e 2016 a vantagem masculina de uma diferença de 7,40% e 7,62% respectivamente, somente na eleição de 2020 essa diferença diminuiu para 4,10%, visto que neste ano o número de mulheres eleitas dobrou de valor.

ELEIÇÕES DE 2012 À CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA			
Sexo	Nº de candidatos (as)	Nº de eleitos (as)	% de sucesso eleitoral
Feminino	47	2	4,25
Masculino	163	19	11,65

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

ELEIÇÕES DE 2016 À CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA			
Sexo	Nº de candidatos (as)	Nº de eleitos (as)	% de sucesso eleitoral
Feminino	88	2	2,27
Masculino	192	19	9,89

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

ELEIÇÕES DE 2020 À CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA			
Sexo	Nº de candidatos (as)	Nº de eleitos (as)	% de sucesso eleitoral
Feminino	106	4	3,77
Masculino	216	17	7,87

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral/Paraná (TRE/PR).

É nítida que há uma maior participação das mulheres na política de Guarapuava, tanto em número de candidatas como de eleitas, e o que evidencia este fato é que na última eleição (2020), Guarapuava teve duas candidatas mulheres ao cargo de prefeita, Janaína Naumann e Luiza Noriler.

Janaína Naumann recebeu 9.830 votos, 10,60% dos votos do município, sendo a 4ª candidata mais votada ao cargo de prefeita e Luiza Noriler recebeu 428 votos, 0,46% dos votos do município, sendo a 6ª candidata mais votada. Apesar de ambas não terem sido eleitas, as suas candidaturas demonstraram um avanço na política local, a qual é marcada por uma política familiar, na qual existe um certo revezamento entre famílias no comando do município. (<http://divulgacandcontas.tse.jus.br>)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados no presente trabalho deixam claro a tímida participação feminina na política, tanto em uma escala local como federal. Na qual em todas as escalas 80% dos cargos de vereador(a) são ocupados por homens. Ainda que em Guarapuava essa diferença seja um pouco menor, havendo uma maior participação feminina, ainda temos um longo caminho para percorrer em busca de uma equidade política.

E para efetivar essa participação feminina, é necessário muito mais que apenas obrigar aos partidos políticos a terem 30% de mulheres concorrendo aos cargos, mas sim que essas mulheres queiram participar de uma forma ativa, e que a participação feminina não seja apenas sinônimo de candidatas laranjas.

## REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. Relações de gênero nas práticas escolares: o aprendizado da separação nas “misturas” no pátio. Revista *Ártemis*, Universidade Federal da Paraíba, v. 2, p. 39-49, jul., 2005.

BECHER, Caroline, Klanovicz, Jó.  
Mulheres Camponesas e os Desafios do Acesso às Políticas Públicas para igualdade

de gênero. Revista Latino-americano de geografia, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 159 –177, ago./ dez. 2016.

BLAY, Eva Altermann. Ensino e educação com igualdade de gênero na infância e na adolescência -Guia pratico para educadores e educadoras. São Paulo: NEMGE/CNPq, 2a edição, revista e ampliada, 2006.

CHIMIN Junior Alides Baptista. EMPODERAMENTO FEMININO: TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NAS ELEIÇÕES DE 2008 E 2012. In: 13º Mundo das Mulheres e Fazendo o Gênero 11, 2017, Florianópolis. Anais Fazendo o Gênero. Florianópolis, 2017.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>.

TRIBUNAL SUPEIOR REGIONAL: Estatísticas Eleitorais. Acessado do endereço eletrônico: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais?busca=2020>> em 03/06/2022.

ROSSINI, R. E.; SAIDEL, R. G. ; CALIÓ, S. A. ; JESUS, I. L. . Guia Prático Sobre Ensino e Educação Com Igualdade de Gêneros. REVISTA COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO, SÃO PAULO, n.8, p. 117-122, 1997.

SCOOTT, Joan. Gender: na useful category of historical analysis. Gender and the politics of history. New York. Columbia University Press, 1989.